

Parlamentar crítica jornalistas

Brasília — “Vamos exigir o comparecimento bilateral, para jornalistas e para parlamentares, sem pagar também aos jornalistas que não comparecem ou que acumulam ilegalmente”, propôs o Deputado Joacil Pereira (PDS-PB), argumentando que, se os parlamentares são criticados por receberem jeton sem ir ao plenário, deve-se exigir presença dos jornalistas que são funcionários do Congresso.

Joacil censurava, em discurso no grande expediente da Câmara, a liberalidade na concessão de empregos aos jornalistas e o hábito de se pagar os que não trabalham. Foi interrompido por um aparte do Deputado Josué de Souza (PDS-AM): “Pode esta casa abrir, pela sua Mesa, quantas vagas queira para homenagear os brilhantes rapazes da imprensa, mas a sua linha de ridicularizar o Poder Legislativo não será quebrada”.

Advertindo que “resvala para o indesejável esta disputa entre o Parlamento e a Imprensa”, o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) apelou da tribuna para que se ponha de vez um basta sobre o assunto”.

Cardoso Alves sugeriu que os jornalistas pinçassem “dentro do Parlamento, os deputados responsáveis por omissão, faltas, pecadilhos e pecados, apontando-os à execração pública, individualmente”.

O presidente do comitê de imprensa do Senado, Evandro Paranaguá, que trabalha para **O Estado de S. Paulo** e é funcionário do Senado há mais de 20 anos — “aprovado em concurso e antes mesmo de me tornar jornalista” —, não vê nenhuma incompatibilidade nessa acumulação de funções. Lembrou que em junho passado, quando um fotógrafo do **Jornal de Brasília** foi insultado pelo Senador Benedito Ferreira (PDS-GO) — por tê-lo fotografado tentando votar por um colega ausente —, o comitê de imprensa denunciou o parlamentar “por falta de decoro”.

O presidente do comitê de imprensa da Câmara, Clóvis Sena, repórter do **Jornal de Brasília**, disse que a reportagem do JORNAL DO BRASIL de domingo passado, com o título “Congresso é bico para 10% dos jornalistas de Brasília”, é reflexo de “uma briga entre proprietários de veículos de comunicação e o Congresso, iniciada desde que a Câmara rejeitou uma proposta da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) para transformar o horário reservado por lei aos partidos em uma Lei Falcão colorida”.